

Mulher, História, Imprensa e Constituinte: uma análise do jornal O Estado do Paraná

Gustavo Biasoli Alves¹
Sandra Mônica Winkelmann

RESUMO: O estudo sobre o papel que os meios de comunicação de massa desempenham na sociedade é recorrente. A pesquisa que abordou a Assembleia Nacional Constituinte no jornal O Estado do Paraná investigou o comportamento da imprensa. A Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes de 1988 é documento redigido pelas mulheres, movimento e sujeito social de crucial importância e força no período. Pesquisou-se como o texto constrói a mulher como agente histórico e social frente à Constituinte, as articulações tecidas em torno dos temas inerentes ao período, os sujeitos com os quais o movimento feminista buscou interagir e a hegemonia tencionada. Há uma tentativa de contemporanizar e regionalizar esta discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Constituinte; Imprensa.

ABSTRACT: The study about the role media play in society is frequent. This research studied National Constitution Assembly fought Estado do Paraná (newspaper) discussing press behavior in this period. A letter of Brazilian women to the constitution makers written in 1988 was analyzed. This document was made by women a social movement of outstanding importance and power in this period. It was researched how the text built women as social and historical agents in front of the Constitution the articulations constructed around subjects of the time the subjects with feminist tried to interact and the hegemony intended. There is also a tentative to actualize an regionalize this discussion

KEYWORDS: Women; Constitution; Press.

I - INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O estudo do papel que os meios de comunicação de massa desempenham na sociedade é recorrente desde a década de 30 do século passado nos Estados Unidos. Paul Lazarsfeld e Elihu Katz² são os autores que tiveram maior destaque por preocuparem-se em diagnosticar os componentes do processo comunicativo e o impacto e as formas de propagação de ideologias na sociedade através do uso da propaganda e dos meios de comunicação.

Deve-se fazer referência também à Escola de Frankfurt em especial Habermas e seus estudos sobre a esfera pública³ e sobre o agir comunicacional. Também assumem posição de destaque Malvin de Fleur e Sandra Ball-Rockeach e Mauro Wolf⁴. Este último trabalha com os conceitos de newsmaking, agenda setting e gatekeeping buscando analisar como os meios de comunicação de massa constituem-se em agentes políticos e sociais. Wolf analisa que isto se dá através do estabelecimento de filtros (valores-notícia)⁵ dos fatos do cotidiano que vêm então a formar e a conformar a visão de mundo do público leitor e também a de alguma forma determinar a maneira como os agentes públicos atuam. Esta mesma perspectiva também está presente em Bourdieu (1997) e Manin (1995).

O estudo das relações entre mídia e política tem sido recorrente tanto na Ciência Política como na Ciência da Comunicação no Brasil. Desde o pioneiro estudo de Néelson Werneck Sodré, passando pelo detalhamento de como os jornais paulistas constituíram-se em importantes veículos do liberalismo⁶ até os estudos mais contemporâneos que abrem um leque bastante amplo de pesquisas abrangendo dentre outras coisas o impacto dos meios de comunicação de massa no comportamento dos adolescentes, a questão da violência⁷ e os movimentos sociais.

Também pode-se resgatar algumas coletâneas, tais como a Revista USP nº 56⁸ que aborda os 80 anos de transmissões radiofônicas no Brasil, a de Oscar Pilagallo⁹ sobre a cobertura da história do País feita pela Folha de São Paulo e a de Maria Tereza Tucci Carneiro e Boris Kossoy sobre as relações entre a imprensa e o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) no período 1924-1954¹⁰, bem como os estudos de Luís Felipe Miguel¹¹. É necessário apontar ainda os estudos de Venício Lima¹², Antonio Albino Canelas Rubim, e Céli Pinto (enfocando especificamente a questão do discurso)¹³.

Contudo, tem permanecido uma lacuna: o estudo da imprensa no período da transição democrática brasileira. Há de se destacar neste tema o estudo de Maria Hermínia

Tavares de Almeida (1992) no qual a autora aponta que os jornais de uma maneira geral tiveram um papel importante no combate ao Regime Militar denunciando as arbitrariedades e a censura que este promovia e abrigando em suas páginas diversos intelectuais de esquerda que aí encontraram um espaço para expor suas idéias e sobreviver.

A observação da literatura permitiu identificar uma lacuna, que é o período da Constituinte. Assim este trabalho preocupa-se em analisar como a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi tratada pelo jornal O Estado do Paraná, o que pretende contribuir para suprir a lacuna acima apontada.

Está em estudo uma coleção do jornal doada ao Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa (NDP) com a seguinte metodologia: 1) Produção de Ficha Piloto para ser aplicada aos jornais; 2) Disposição da Coleção em ordem cronológica, constituindo grupos identificados pelo mês de origem do jornal; 3) Higienização dos exemplares de jornais; 4) Aplicação de Ficha de Identificação e de Descrição Circunstanciada; 5) Produção de Catálogo contendo índice com matérias e notícias e resumo das mesmas.

Ao analisar este material nos deparamos com a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, documento redigido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e entregue aos Constituintes de 1988. Sua análise é importante porque se trata de um documento redigido pelas mulheres, movimento e sujeito social de crucial importância e força no período da Constituinte. Sendo assim a análise de seu discurso e de seu posicionamento social é fundamental para identificar como o texto constrói a mulher como agente histórico e social frente à Constituinte, as articulações tecidas em torno dos temas inerentes ao período, os sujeitos com os quais o movimento feminista buscou interagir e a hegemonia tencionada.

Entende-se, tal como fazem Laclau e Mouffe (1985, p.105) que articulações são "any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from that articulatory practice we will call discourse". O discurso como parte da política e também como um ato político onde ela se inscreve, se escreve e re-escreve. O discurso pressupõe um sujeito social que o emite usando uma linguagem historicamente dada com o fito de reconstruir, destruir ou construir sujeitos e posições não apenas lingüísticos, mas também históricos e sociais, estabelecendo uma hegemonia que é sempre parcial.

Estes autores trabalham também com as noções de elementos, momentos, antagonismo, cadeias de equivalência e de diferença que servem para contruir uma noção

de ideologia e hegemonia que se contrapõem ao conceito da primeira como puramente falsa consciência e da segunda como algo estanque. Detalhamos cada uma destas noções.

Laclau e Mouffe (1985) entendem que a prática articulatória é a constituição das relações sociais em essência, é a própria realidade, ainda que construída de maneira parcial. Isto se dá porque sua constituição é a transformação dos elementos em momentos e elementos são quaisquer diferenças não articuladas discursivamente, não presentes no discurso, sendo que a articulação subverte o elemento e os próprios conteúdos dos discursos que articula. Assim, o “sentido do momento é sempre contingencial” (Pinto, 1999, p.8), por isso, a totalidade é uma contingência estruturada.

Cabe aqui abordarmos equivalência e diferença. Observa-se que a disputa entre um ou mais agentes sociais é algo inerente ao processo, desta maneira, “dois termos para serem equivalentes devem ser diferentes – de outro modo seriam simplesmente idênticos. A equivalência existe através do ato de subversão destes termos” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 109). Então, agentes sociais sempre vão buscar anular os sentidos colocados por outros para os termos em disputa. Os agentes vão sempre buscar o antagonismo, a oposição e com isto procuram trazer mais elementos para o seu discurso, numa expansão das cadeias de equivalência. Vale observar que esta expansão é, contudo, limitada uma vez que se tenham estabelecido algumas noções centrais, pois termos equivalentes possuem o mesmo significado em discursos distintos.

Analisando a noção de hegemonia na obra de Laclau Pinto (1999, p.17) notamos que esta “apontará para uma ausência de totalidade e para uma diversidade de tentativas de recomposição e rearticulação que, em superando sua ausência original, faz possível para as lutas terem significado e, para as forças históricas serem dotadas de completa positividade”.

A hegemonia é, portanto, algo que está contido no campo da ideologia e hegemonizar um conteúdo é fixar seu significado, o que é parcial, então, o campo social é um lugar de disputas no qual projetos políticos distintos buscam articular um grande número de significantes, sendo que o êxito de um discurso está exatamente na capacidade de dar respostas às demandas da sociedade, de lidar com a objetividade do social e de impor conteúdos fixos à sociedade.

Nossa análise voltou-se então para a questão da mulher, tendo como corpus a carta e buscou identificar como o texto constrói a mulher como agente histórico e social frente à Constituinte, as articulações tecidas em torno dos temas

inerentes ao período, os sujeitos com os quais o movimento feminista buscou interagir e a hegemonia tencionada. Ao mesmo tempo buscou-se mostrar os antagonismos, equivalências e diferenças construídos.

2 - RESULTADOS

Há de se considerar que no decorrer da pesquisa, ao aplicar as fichas e promover a catalogação das matérias, verificou-se que o jornal é uma importante fonte de documentos históricos e também de discursivos.

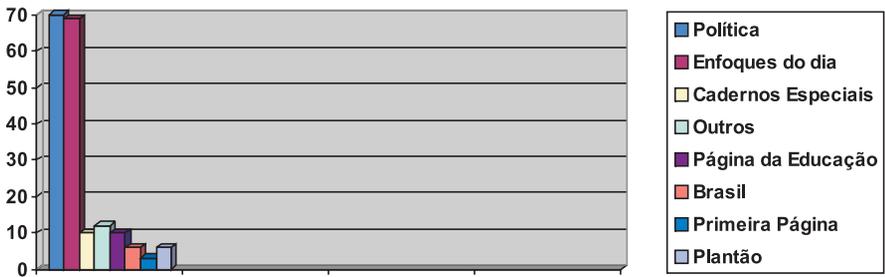
Todos os exemplares da coleção já estão higienizados. Ao mesmo tempo desenvolveu-se ficha catalográfica que foi aplicada momentaneamente aos meses de janeiro e fevereiro (parcialmente) de 1985, totalizando até o momento 44 (quarenta e quatro) exemplares fichados.

Esta ficha contém o título da Coleção e não só identifica os jornais por ano civil e da publicação do jornal, número do exemplar e data de sua publicação como destaca abordagem da Constituinte através da identificação do caderno e página onde esta aparece, da identificação da autoria quando isto foi possível, e de um índice de textos onde esta aparece como tema que detalha o conteúdo de cada matéria encontrada através de uma descrição da situação específica referenciada (uma entrevista, por exemplo) e da elaboração de palavras-chave que indicam a maneira como a Constituinte apareceu.

Detalha-se a distribuição de textos por cadernos do jornal, observando-se que em apenas dois dias o assunto não foi abordado, ou seja, houve uma abordagem constante num total de 196 (cento e noventa e seis) matérias. É inexpressivo o número de textos com autoria identificada, o que mostra que a equipe do periódico como um todo ocupou-se do tema. Além das matérias do cotidiano e das colunas assinadas o jornal publicou também, na íntegra, além da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, pronunciamentos de Tancredo Neves e de Paulo Maluf no dia da votação no Colégio Eleitoral. A Constituinte foi ainda bastante abordada na sessão Página da Educação a cargo da APP-Sindicato, na coluna Plantão e em escritos da igreja.

Para detalhamento do conteúdo das matérias analisadas mostra-se a frequência de algumas palavras-chave que permitem a indexação de cada matéria encontrada.

Gráfico I: Distribuição das matérias sobre a Constituinte pelos cadernos do jornal O Estado do Paraná em janeiro/fevereiro de 1985:

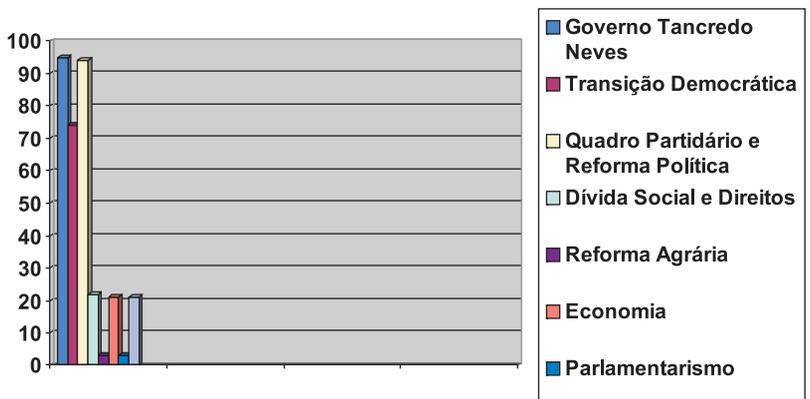


A alta predominância de matérias no caderno Política e na sessão Enfoques do Dia é indicativa de que o jornal procurou dar à cobertura da Constituinte um viés mais informativo que opinativo através de notícias específicas, entrevistas ou, sobretudo uma breve citação do assunto em notícias referentes a outros temas políticos, em especial a eleição de Tancredo Neves e o início da transição de regime. O contrário, ou seja, uma cobertura mais opinativa e analítica ocorreria se a predominância fosse nos Editoriais e nas Colunas Assinadas.

Contudo, há de se ressaltar que esta mesma colocação dá à Constituinte um destaque muito significativo, pois, grande parte das matérias relativas a ela está entre as páginas 03 e 04, ou seja, à exceção da capa, aquelas mais lidas, pois têm posição de boa visibilidade.

O estudo das palavras-chave nos permite analisar melhor a maneira como o Jornal O Estado do Paraná abordou o tema da Constituinte:

Gráfico 02: O conteúdo das matérias na forma das palavras-chave mais encontradas



Assim o maior destaque é o início da transição de regime, a eleição de Tancredo Neves e a formação de seu governo com o início da transição democrática, aparecendo a Constituinte atrelada a isto. Contudo, há uma série de outros temas que foram menos abordados, mas que são correlatos a ela (Parlamentarismo, Democracia, Reforma Tributária, Movimentos Sociais, Desenvolvimento, Reforma Agrária e Liberdade). Outro tema recorrente é o quadro partidário/político da época, sendo que a Constituinte aparece a ele também ligada.

2.1 – O discurso feminino na Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes¹⁴:

Ao lado da caracterização mais quantitativa da maneira como a Constituinte foi abordada, no intuito de complementar o estudo e permitir uma outra visão do material doado ao NDP, traz-se agora e analisa-se A Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes.

As mulheres tentam construir o período, e, sobretudo a Constituinte como um momento de ruptura com o arbítrio do período anterior. Para isto dão um significado a ela e buscam construírem-se como agentes políticos. Como resultado de uma discussão e de uma construção coletiva com outros movimentos sociais é dito que: “*Constituinte Prá Valer Tem Que Ter Palavra de Mulher*”. Observe-se então que as mulheres buscam referendar a si e aos outros movimentos sociais como democráticos, visto que o documento foi fruto de um debate entre eles. Além disto, colocam que sua posição deve ser respeitada por ter credibilidade, ter palavra, ter honra (um significado sempre atribuído à palavra masculina). Usando deste símbolo, elas buscam diferenciar e antagonizar. Se assim não for, o antagonico é a Constituinte que não terá credibilidade nenhuma.

É construída uma cadeia de equivalência, onde, com relação ao discurso redemocratizante puramente técnico ou jurídico-político é inserida uma diferença fundamental: a vida cotidiana.

Para nós, mulheres o exercício pleno da cidadania significa, sim o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário; uma vida civil não-autoritária (CNDM, 1985)

Ampliando bastante, portanto, o escopo do que significa democracia que elas vêm-se como “maioria ainda discriminada” e “exigimos tratamento espe-

cial à causa que defendemos". Observe-se então que democraticamente as mulheres reconhecem-se e querem se fazer crer no direito de exigir.

Mas exigir o que? Fundamentalmente, pelo que se depreende das considerações acima: 1) Atenção com os direitos sociais e as políticas públicas, e 2) Democratização das relações de gênero.

A Carta contém neste sentido um total de 04 (quatro) princípios gerais (revogar automaticamente todas as disposições legais que implicassem em discriminação, determinar que a afronta ao princípio da igualdade fosse inafiançável, acatar sem reservas acordos internacionais dos quais o Brasil fosse signatário e que envolvessem eliminação das formas de discriminação, reconhecer a titularidade de direitos dos movimentos sociais e da sociedade civil). Entre os princípios dois em especial se destacam. O primeiro porque, dentre os princípios liberais adiciona o da igualdade a uma liberdade que ainda não era plena, o quarto porque é de uma revolucionaridade extrema ainda hoje, em muitos casos justa e inalcançada.

Há, no entanto um total de 73 (setenta e três) reivindicações específicas envolvendo família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais. Destacamos as principais:

1. plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder
2. plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro dos filhos
3. plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais
4. proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente
5. acesso da mulher trabalhadora rural à titularidade de terras em Planos de Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil
6. a lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores salário igual para trabalho igual
7. igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional
8. extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena, às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais
9. igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a prote-

ção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como: garantia do direito à mulher gestante; extensão do direito à creche no local de trabalho e moradia para crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores

10. estabilidade para a mulher gestante
11. licença ao pai nos períodos natal e pós-natal
12. licença especial às pessoas no momento da adoção, sem prejuízo do emprego e do salário, independentemente da idade do adotado
13. proteção à velhice com integralidade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte
14. direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira
15. extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais homens ou mulheres
16. direito de sindicalização dos funcionários públicos
17. criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados, submetendo-se os serviços privados às diretrizes e controle do Estado
18. O Sistema Único de Saúde deve ser gerido e fiscalizado pela população organizada que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre Programas e Financiamentos
19. Garantia de assistência integral à Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres
20. Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito a igualdade de tratamento pela Previdência Social
21. A mulher ter o direito de conhecer e de decidir sobre seu próprio corpo e também o direito de amamentar
22. Direito ao pré-natal, pré e pós-parto assim como ao aborto
23. Anticoncepcionais gratuitos e políticas de educação sexual

24. Educação como direito de todos e dever do Estado visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, a defesa da democracia, o aprimoramento dos direitos humanos
25. Educação igualitária que reforce a não-discriminação
26. Ensino obrigatório da história da África e da cultura afro-brasileira
27. Atenção especial aos alunos portadores de necessidades especiais
28. O Estado deverá zelar para que a educação e os meios de comunicação de massa estejam a serviço de uma cultura igualitária e também garantir perante a sociedade a imagem da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã responsável em igualdade de condições com o homem e sem discriminação racial
29. Criminalização de qualquer ato de violência física, psicológica ou sexual envolvendo a mulher independente de onde ocorra
30. Considerar o estupro crime contra a pessoa e não contra os costumes, sendo que este deve ser entendido como qualquer ato ou relação sexual forçada.
31. Retirar da lei a expressão “mulher honesta”
32. Criação de delegacias especializadas e dar à mulher autonomia para registrar queixas independentemente do marido. Criação também de locais especializados para atender as mulheres e crianças vítimas de violência
33. Descriminalizar o adultério
34. Reforma Agrária
35. Negociação soberana da dívida externa
36. Revogação da Lei de Segurança Nacional
37. Proteção ao meio-ambiente
38. Reforma tributária que beneficie os municípios
39. Direito de greve amplo e liberdade sindical
40. Preservação das populações indígenas
41. Política externa de não-relação com qualquer país que pratique o preconceito racial e respeito à autodeterminação dos povos

A lista é bastante extensa, mas ao observarmos o que ocorreu nestes últimos vinte anos é possível perceber que este sujeito que se constituiu em oposição ao homem, à sociedade vigente e ao autoritarismo, e também como representante de todos os movimentos sociais conseguiu vitórias bastante significativas, o que aponta para o sucesso do seu discurso.

A publicação da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes no dia 17/02/1985 mostra que o jornal procurou dar voz, desta vez diretamente aos movimentos sociais, o que não foi uma prática muito cotidiana, tal como se pode depreender da análise dos gráficos 1 e 2, o que pode apontar que estes movimentos, embora tivessem importância política no período não tiveram sua voz muito ecoada pelo jornal O Estado do Paraná que protagonizou o *gatekeeping* dando mais voz a pessoas, em especial políticos do MDB (PMDB) que de alguma forma tinham relações com estes movimentos.

Por outro lado, a elevada presença das palavras-chave Governo Tancredo Neves, Transição Democrática e Constituinte, revela que o jornal quis estabelecer uma relação entre elas, ou seja, de alguma forma estava preocupado em discutir a rearticulação partidária que o país vinha passando e se ela seria capaz de sustentar ou não o governo que se iniciava e que impactos teria na Constituinte por vir, o que mostra que o papel da imprensa na transição democrática foi além do de dar voz e voz a intelectuais e de denunciar as arbitrariedades do sistema. A imprensa colaborou para que a Constituinte fosse cotidianamente discutida, muito embora se deva apontar para um enviesamento dos temas que colocava na pauta que pouco privilegiaram os movimentos sociais.

NOTAS

- ¹ Gustavo Biasoli Alves é Professor do Programa de Pós Graduação em Letras e do Curso de Ciências Sociais – Unioeste. Doutor em Ciência Política – UFRGS. Sandra Mônica Winkelmann é Bacharel e Licenciada em Filosofia e Ciências Sociais. Desenvolve trabalhos junto ao Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa (NDP) – Unioeste - Campus de Toledo.
- ² A contribuição e a posição destes dois autores pode ser vista na coletânea organizada por Gabriel Cohn Comunicação e Indústria Cultural COHN, G. (org.) **Comunicação e Indústria Cultural**. SP. Ed. Nacional. 1987.
- ³ HABERMAS, J. - **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Ed. Tempo Brasileiro. 1984.
- ⁴ As referências completas e corretas estão no fim do texto.

- ⁵ São eles: 1) grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no fato; 2) impacto sobre a Nação ou interesse nacional; 3) quantidade de pessoas envolvidas; 4) relevância para o futuro da situação; 5) facilidade de chegar ao local do fato e de tratá-lo dentro das técnicas jornalísticas convencionais; 6) disponibilidades do meio de comunicação para publicar os fatos; 7) preocupação de fazer com que o fato novo não destoe dos demais apresentados no dia; 8) espaço ocupado pela notícia; 9) frequência do fato; 10) impacto no Receptor.
- ⁶ A respeito deste tema ver Capellato e Prado (1980) e Capellato (1989)
- ⁷ Ver: BALOGH, (2002).
- ⁸ COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. (2002-2003).
- ⁹ PILAGALLO, O (2002)
- ¹⁰ CARNEIRO, M.L. T; KOSSOY, B. (2003)
- ¹¹ O autor apresenta uma excelente revisão da importância e do estado da arte da pesquisa sobre comunicação e política no Brasil em MIGUEL, L.F – Mídia e Opinião Pública. In: AVELAR, L, CINTRA, A. O (2004).
- ¹² LIMA, V. - **Mídia e Teoria Política**. São Paulo. Perseu Abramo (2001)
- ¹³ PINTO, C.R.J (1995).
- ¹⁴ Para economia nas citações todos os trechos citados neste item foram retirados da Carta da Mulher Aos Constituintes Brasileiros publicada no Jornal O Estado do Paraná em.17/02/1985, cuja autoria é do coletivo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

REFERÊNCIAS

ALVES, G. B. *Jornais de São Paulo: A Crise das Políticas Públicas no Brasil Vista Por Seus Editoriais (1989-1993)*. 1997. 180 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Unesp, Araraquara.

BALOGH, A.M. *O Discurso Ficcional na TV: sedução e sonho em doses homeopáticas*. São Paulo: EDUSP, 2002.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CAPELLATO, M.H.R. e PRADO, M.L. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980

CAPELLATO, M.H.R. *Os Aautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920/1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989

CARNEIRO, M.L.T; KOSSOY, B. *A Imprensa Confiscada Pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 2003.

COHN, G. (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Ed. Nacional. 1987.

- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. "Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes". In: *Jornal O Estado do Paraná*. Grupo Paulo Pimentel. Curitiba – PR 17/02/1985.
- CONTI, M. S. Notícias do Planalto: A Imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, LATTMAN-WELTMAN, F.; CARNEIRO, J. A. D.; RAMOS, P. A. A Imprensa faz e desfaz um Presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor. Rio de Janeiro: Fronteira, 1994.
- COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Revista da Universidade de São Paulo*, nº 86. São Paulo: 2002-2003.
- DE FLEUR, M e BALL- ROKEACH, S. *Teorias da Comunicação de Massa*. RJ. Zahar. 1993.
- GREGOLIM, M.R. *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo. (—————).
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Ed. Tempo Brasileiro. 1984.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. *Ideology and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Versus, 1985.
- LIMA, *Mídia e Teoria Política*. São Paulo: Perseu Abramo, (2001).
- MANIN, B. "As Metamorfoses do Governo Representativo". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº29, ano 10. São Paulo: ANPOCS. Out.1995. p. 5-35.
- MIGUEL, L.F. "Mídia e Opinião Pública". In: AVELAR, L, CINTRA, A. *O Sistema Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.
- MORITZ, M. L. R. de F. *A Nação Moralizada: a Promessa Eleitoral dos Presidenciáveis em 1989*. 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- PILAGALLO, O. *O Brasil em Sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- PINTO, C.R.J. "Tendências do Discurso Brasileiro Atual: os Limites dos Discursos das Soluções Milagrosas". In: BAQUERO, M. (Org.) *Cultura Política e Democracia: os Desafios das Sociedades Contemporâneas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- PINTO, C.R.J. "Ao Eleitor a Verdade: o discurso político em época de eleições". In: BAQUERO, M (org.) *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Editora da Universidade. 1995.
- PINTO, C.R.J. "Notas A Propósito de Ernesto Laclau". In: *Revista de Ciências Sociais*. Montevideu, v. 15, p. 36-48, 1999.
- ROMÃO, L.M.S *O Discurso do Conflito Materializado no MST: a ferida aberta da Nação*. Tese de Doutorado.PPGP.USP: Ribeirão Preto, 2002.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.